

**HABEAS CORPUS Nº 547.642 - RO (2019/0352313-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : MARCIO SANTANA DE OLIVEIRA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MARCIO SANTANA DE OLIVEIRA - RO007238  
GLÍCIA LAILA GOMES OLIVEIRA - RO006899  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**PACIENTE** : ANTONIA PEREIRA LOPES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANTONIA PEREIRA LOPES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia proferido no *Habeas Corpus* n.º 0004186-19.2019.8.22.0000.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante, em 13/08/2019, com a conversão da prisão em preventiva, e, posteriormente, denunciada pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, e 12 da Lei n.º 10.826/2003, em concurso material, pois mantinha em depósito, "*sem autorização e com finalidade de mercância, 02 (duas) porções de COCAÍNA, pesando cerca de 107 g (cento e sete gramas), e uma porção de MACONHA, pesando cerca de 17 g (dezesete gramas) [...]*", além de possuir, "*no interior de sua residência, sem autorização, um a arma de fogo, tipo revólver, calibre 38, numeração 870755, municiada com 04 (quatro) cartuchos do mesmo calibre intactos [...]*" (fl. 62).

Inconformada com a segregação cautelar da Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (fl. 175):

"Habeas corpus. *Tráfico de drogas. Prisão em flagrante convertida em preventiva. Garantia da ordem pública. Quantidade e variedade de drogas. Medidas cautelares diversas da prisão. Não cabimento.*"

Neste *writ*, a Defesa sustenta que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, tendo sido amparado apenas na gravidade abstrata do delito, bem como a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Aduz, ainda, que a Paciente é primária, com bons antecedentes, ocupação

lícita e endereço certo.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a concessão de medida cautelar diversa da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus commissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC

n.º 84.078/MG, Rel. Ministro EROS GRAU, decidiu que a custódia cautelar **só pode ser implementada se devidamente fundamentada**, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. A referida orientação deve ser adotada por todos os Tribunais Pátrios, como forma de se tornar mais substancial o princípio constitucional da presunção de inocência.

O Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante em preventiva, valendo-se das seguintes razões (fl. 112; sem grifos no original):

*"Entendo que neste caso estão presentes os pressupostos da prisão preventiva, pois, pelo que se infere dos autos, há prova de existência do crime e indícios suficientes de que o representado seja o autor do delito (fumus comissi delicti).*

*Para a decretação da prisão preventiva faz-se necessário haver indícios de autoria e prova da materialidade delitiva. A propósito: STF - Prisão preventiva. Prova bastante da existência do crime e suficientes indícios de autoria, para efeito de tal prisão. Não se pode exigir, para esta, a mesma certeza que se exige para a condenação. Princípio da confiança nos juizes próximos das provas em causa, dos fatos e das provas, assim, como meios de convicção mais seguros do que os juizes distantes. O in dubio pro reo vale ao ter o juiz que absolver ou condenar, não, porém, ao decidir se decreta, ou não, a custódia preventiva" (RTJ 64/77).*

*Os indícios de autoria e materialidade do crime estão satisfatoriamente preenchidos, tendo em vista a prisão em flagrante ocorrida na residência dos flagranteados, onde foi encontrado mais de 120g de maconha e cocaína, conforme laudo de contestação preliminar.*

*Vale salientar que a substância ilícita fora encontrada no Distrito de Extrema.*

*Pelo que extrai dos documentos que acompanham o auto de prisão em flagrante, também estão presentes os fundamentos para o decreto da prisão preventiva, ou seja, demonstração de que a liberdade o acusado representa perigo grave para a sociedade (periculum libertatis), o que impõe a necessidade do decreto de prisão preventiva para garantir a ordem pública.*

*A necessidade de preservação da ordem pública está evidenciada pela gravidade do crime de tráfico de drogas e a sua repercussão negativa no seio social, pois esse tipo de crime faz ecoar consequências nefastas para toda a sociedade, porquanto, como se sabe, além de impor aos usuários condição degradante, fomenta a prática de crimes como furtos, roubos, homicídios etc., que tanto incomodam a comunidade."*

O Tribunal *a quo*, por sua vez, entendeu estar suficientemente justificada a segregação provisória da Paciente, consignando, *in verbis* (fls. 180-182; sem grifos no original):

"[...]

*Em seu interrogatório perante a autoridade policial (fl. 33), a paciente afirmou que sabia da existência da arma e da droga, alegando que acreditava que era para o consumo pessoal do seu companheiro Edson e que não concordava em ter a arma na residência.*

***Destaco que, conforme declararam os policiais que realizaram a apreensão (fls. 31/32), a equipe encontrou uma porção de maconha com aproximadamente 16 gramas, uma porção de cocaína com aproximadamente 02 gramas, um revólver calibre 38 municiado com quatro cartuchos e a quantia de R\$ 264,00, tudo em cima do guarda-roupas dentro do quarto do casal, além de terem encontrado aproximadamente 100 gramas de cocaína oxidada embaixo da cama do casal, sendo constatado que o material se tratava de entorpecente pelo laudo preliminar de fl. 53.***

*Portanto, entendo que tais circunstâncias constituem elementos concretos que autorizam a prisão preventiva da paciente, de modo ainda que não verifico constrangimento ilegal a ser sanado, haja vista a segregação antecipada estar devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, devendo ser mantida, notadamente em razão da gravidade concreta do delito, haja vista a grande quantidade e diversidade de entorpecente apreendida (maconha e cocaína), ressaltando-se o alto grau de dependência e toxicidade de uma delas, a qual totalizou mais de 100 gramas.*

"[...]

***Entretanto, conforme explanado, entendo que a quantidade e diversidade de drogas apreendidas evidenciam a gravidade concreta da conduta, justificando a segregação cautelar a fim de garantir a ordem pública, sendo inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando há motivação que justifique a medida excepcional.***

***Dessa forma, pelas circunstâncias que houve a prisão e pela quantidade de drogas apreendidas no quarto do casal, indicando, ao menos nesta fase processual, a participação da paciente no crime de tráfico de drogas, não vislumbro constrangimento ilegal a ser sanado pelo presente writ, razão pela qual peço vênia ao douto relator para denegar a ordem.***

*É como voto."*

Como se observa da decisão supratranscrita, a Magistrada de primeiro grau

decretou a prisão preventiva da Paciente com base em fundamentação genérica, pois não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia, a qual está amparada tão somente na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus commissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC n.º 84.078/MG, Rel. Ministro EROS GRAU, decidiu que a custódia cautelar **só pode ser implementada se devidamente fundamentada**, nos termos do art. 312 do Código de

Processo Penal. A referida orientação deve ser adotada por todos os Tribunais Pátrios, como forma de se tornar mais substancial o princípio constitucional da presunção de inocência.

Ressalte-se que, embora o Tribunal de origem tenha feito menção à quantidade de entorpecentes encontrada em poder da Paciente, bem como à apreensão de uma arma, não é dado ao Tribunal, em *habeas corpus*, agregar fundamentos não presentes na decisão do Juízo singular, por ser indevida inovação, em instrumento exclusivo da Defesa.

Ilustrativamente, cito o seguinte julgado:

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PORTE DE ARMA DE FOGO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ANTERIOR WRIT JULGADO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. PATENTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA. INSERÇÃO PELO TRIBUNAL DE FUNDAMENTOS NÃO PRESENTES NO DECISUM. IMPOSSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

[...]

**4. Não é dado ao Tribunal estadual agregar fundamentos não presentes na decisão do Juízo singular, sob pena de incidir em indevida inovação.**

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, ratificando a liminar outrora deferida, para que o paciente possa aguardar em liberdade seu julgamento, se por outro motivo não estiver preso, ressalvada a possibilidade de decretação de nova prisão, caso demonstrada sua necessidade, e mantidas as medidas cautelares alternativas já impostas em primeiro grau."

(HC 424.308/AM, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 27/06/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do *writ*, a soltura da Paciente, se por outro motivo não estiver presa, advertindo-a da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente, a demonstrar a necessidade da medida, ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e ao

# *Superior Tribunal de Justiça*

Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Requisitem-se as informações do Juízo de primeira instância, mormente sobre o andamento do feito, por intermédio das quais deverão constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora